

PREGÃO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 SRP
EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**

O Pregoeiro do Município de Areia Branca/Se, em atendimento às disposições legais e à Resolução nº 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado - TCE torna público, para conhecimento de toda a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir:

OBJETO: registro de preços visando realizar futuras aquisições de materiais didáticos, de expediente e de limpeza, para atender às necessidades das Secretarias do Município, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Saúde deste Município.

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/11/2020 (cinco de novembro de dois mil e vinte), às 08h (oito horas).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A Dotação Orçamentária somente será informada quando da respectiva solicitação de material, sendo inexigível para a realização desta licitação.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 958/2018 e Decreto Municipal nº 864/2017, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006 e IN 73/2020, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

PARECER JURÍDICO: 105/2020.

O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Joviniano Freire de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 8h às 12h, pelo telefone Fone/Fax: (79) 3288-1502.

Areia Branca/SE, 22 de outubro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA CRUZ
Pregoeiro

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/areiabranca>

O MP Eleitoral, por meio da Promotoria Eleitoral da 1ª Zona (Marumim), enviou diversas notícias de possível abuso cometido em atos de campanha eleitoral, emitiu as recomendações de nº 13/2020 e 14/2020 endereçadas aos Dirigentes Municipais dos Partidos Políticos e aos prefeitos de Marumim, Carapicuíba, Ubatuba, Ribeirão Preto, General Miranda e Rosário da Cadeia, para avaliar a necessidade das correções da legislação eleitoral e dos métodos eletrônicos de prevenção ao crime de Crime de 19 durante a campanha e no dia de votação.

Confiança dos comerciantes apresenta grande elevação

Fecomércio/SE aponta: otimismo é crescente e contratações começaram

A assessoria executiva do Sistema Fecomércio/SE/Seac de Sergipe concluiu, após análise da pesquisa de Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que o otimismo é crescente com a situação da atividade comercial em Sergipe. De acordo com os indicadores estudados, a confiança dos empresários apresentou elevação considerável, chegando ao nível de 109,8 pontos, crescendo 17 pontos em relação ao mês de setembro.

O ICEC mostra que, para os empresários, o melhor momento diante dessa situação de pandemia, depois do pico da taxa de transmissão e queda constante do contágio, é agora. O período coincide com o final do ano, quando as vendas das lojas do comércio crescem, devido a fatores como a Black Friday e o Natal Iluminado, que estimula a melhor data anual de vendas. O presidente do Sistema Fecomércio/SE/Seac, Laércio Oliveira, comentou acerca dos resultados do ICEC, manifestando ânimo com os próximos meses para o comércio.

"Estamos voltando de uma situação extremamente grave, que foi o fechamento das atividades comerciais. Com redução de casos dos coronavírus e a volta dos consumidores



SEGUNDO LAÉRCIO OLIVEIRA, estoques estão sendo renovados. "Isso tem contagiado todo o mercado local", avaliou

às lojas, os empresários do comércio prevêem dias melhores para seus empreendimentos e estão investindo nos negócios. Estoques estão sendo renovados, as contratações começaram e isso tem contagiado todo o mercado local. O consumidor está voltando às compras e isso alimenta nossa economia, elevando o fluxo de recursos.

Esses recursos voltam para as famílias como empregos gerados e salários pagos. O momento é animador, me deixa muito feliz, pois temos tendência de crescimento considerável nas vendas do comércio, devido nos próximos meses que são de boas vendas para as empresas", afirmou Laércio Oliveira.

CONDIÇÃO DOS NEGÓCIOS

Os empresários do comércio sinalizaram que as condições de operação dos negócios também estão melhores: 91,4% dos empresários afirmaram que estão otimistas com a melhora de vendas em suas lojas. Por

categoria de bens vendidos, os empresários que vendem produtos semiduráveis, 90,9% acreditam que as vendas melhoraram; no grupo que abrange os não duráveis, o indicador é de 86,8%; para os comerciantes de bens duráveis, 92,2% acreditam que as condições das empresas melhoraram.

CONTRATAÇÕES

Para o período final deste ano, segundo o embalo da recuperação econômica, 69,3% dos empresários afirmaram que pretendem aumentar o contingente de trabalhadores, com contratações temporárias e permanentes. Isso é reflexo direto da recuperação de vendas do comércio, que segue apresentando variação positiva no comparativo com o mesmo período do ano passado, desde agosto.

EXPECTATIVA PARA O SETOR COMERCIAL

Ainda no ritmo positivista da recuperação das vendas dos estabelecimentos comerciais, os empresários do comércio sergipano acreditam que as condições da atividade comercial como um todo também apresentarão melhora. De acordo com o indicador analisado pela Fecomércio, 90,6% dos empresários acreditam que o comércio está em um momento melhor para as vendas.

SAÚDE

Alese aprova retorno de gratificação dos profissionais

De autoria do Governo do Estado, o projeto de lei nº 278/2020, que altera artigos da Lei nº 6.613, de 18 de junho de 2009, sobre a suspensão da Gratificação por Condição Especial de Trabalho e Gratificação de Insalubridade dos Servidores da Secretaria de Estado de Saúde (SES), foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) na última quarta-feira, 21.

No total, serão beneficiados 1.182 servidores da secretaria, que estavam sofrendo cortes desde o mês de setembro deste ano, com base em decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) e do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

"Vamos garantir novamente os benefícios para cerca de 1.182 servidores da Fundação Hospitalar de Saúde. Os valores variáveis estavam sendo pagos desde 2012, mas foram suspensos por determinação do TCE. Desta forma, elaboramos este projeto prontamente junto com a Procuradoria Geral do Estado, para que estes profissionais, ainda mais importantes e essenciais neste momento de pandemia, continuem sendo valorizados como merecem", explicou o governador Belvaldo Chagas.

Com a decisão, serão retomados os pagamentos das gratificações de Crisidade Hospitalar (GCH) e por Desempenho de Funções Estratégicas nas Fundações, nas áreas de gestão, técnicas especializadas e de ensino ou de complemento remuneratório para exercício de função.

O pagamento das gratificações não vai representar aumento de despesas, o que evita qualquer prejuízo ao recebimento de auxílio financeiro destinado a Sergipe por parte da União Federal, através do Programa Federativo de Enfrentamento a Coronavírus. A decisão do pagamento da gratificação é decorrente da necessidade constante da valorização do servidor público.

"O objetivo deste projeto de lei é equacionar uma situação jurídico-normativa existente, proporcionando segurança aos servidores públicos. Outras palavras, o projeto de lei busca salvaguardar, ao máximo, os interesses dos servidores públicos, sem aumento de gastos com pessoal", disse o governador em justificativa sobre o PL aos deputados estaduais.



DEPOIS DE IMPUGNAR Lara Moura, órgão indefere candidatura de Rui Brandão (PT)

ALESE

Aprovado PL que cria Conselho Permanente à Desertificação

Maysane Matsuno

Ontem, os deputados estaduais aprovaram por unanimidade o projeto de lei que institui a Política Estadual de Combate à Desertificação, assim como a criação de um conselho permanente para construir as ações com a finalidade de combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca em Sergipe até 2030. A proposta foi encaminhada pelo Poder Executivo prevê orçamento de até R\$ 200 mil.

Na sessão na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Zezinho Sobral (Podé), líder do governo na Casa, explicou a proposta defendendo a iniciativa e até frisando sobre o "atraso" de Sergipe nesse certame e por isso a urgência de avaliação e aprovação. "O Estado precisa aprovar esse projeto de lei para que se cumpra o que foi estabelecido e a gente passe a receber, inclusive, recursos", frisou.

Durante o debate da proposta, o deputado Iran Barbosa (PT) questionou a composição do conselho que o projeto propõe ser criado para o trabalho. Para ele, o artigo traz problemas por remeter uma comissão já existente, mas que não apresentou informações



ZEZINHO SOBRAL disse que criação pode viabilizar recursos

necessárias e nem documentos anexados. Para esclarecer, Zezinho Sobral mencionou que poderá ser feita uma retificação neste item e, dessa maneira, todo o projeto ficará claro. Logo após a discussão, todos da Casa fizeram a aprovação.

O projeto

No conteúdo apresentado aos deputados, o Poder Executivo explicou que o projeto de lei institui a Política Pública Estadual de Combate à Desertificação e a criação do Conselho Permanente de Com-

bate à Desertificação, onde pretende implementar medidas tendentes a promoção de ações de uso de recursos naturais e iniciativas produtivas sustentáveis nas áreas suscetíveis à desertificação para evitar a degradação da terra.

A proposta é instituir a política pública como instrumento de ação permanente, com vistas a prevenir a desertificação e, consequentemente, diminuir as áreas desertificadas, por meio da promoção de ações de reconstrução de um meio ambiente favorável à vida e à

produção, a partir da formação de legados intergeracionais, nos municípios sergipanos. "Que contribuam no curto, médio e longo prazos, para a satisfação do direito a um ambiente melhor, favoreçam a coletividade e as novas gerações e que sejam, ainda, passíveis de reconhecimento por parte do mercado e das autoridades locais", justifica o Executivo.

Seca

De com o projeto, a iniciativa possibilita reconhecer juridicamente a contribuição de Sergipe, municípios e população para contibuição interna do Estado acerca de medidas de longo prazo que visem ao alcance do objetivo final da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave ou desertificação de combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca.

"O objetivo de desenvolvimento sustentável, no sentido de, até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados por desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo", registrou a administração estadual.

Seca: dois municípios estão em situação de emergência

Até o momento, apenas Nossa Senhora da Glória e Frei Paulo são reconhecidos, tanto na esfera federal como estadual, em situação de emergência por conta da seca. Segundo o diretor de Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado, coronel Luciano Queiroz, além desses, há Poço Redondo, Camilândia de São Francisco e Monte Alegre, que também estão em processo aguardando a homologação. "A tendência daqui para frente é aumentar o número de municípios", expôs.

O diretor explicou que, infelizmente, em razão do monitor da seca já apre-

sentar a sinalização de "moderado" no sertão, o cenário é piorar em alguns municípios. Para se ter uma ideia, conforme acrescentou coronel Queiroz, Cairá, Pinhão e Tobias Barreto já estão em processo de avaliação para pedir o reconhecimento da seca.

Ainda segundo o coronel Queiroz, há também Porto da Folha e Gararu que estão providenciando a documentação para ver se atende os critérios. "A situação tende a ficar mais crítica agora. A seca é um desastre maior. Estamos em processo de transparência dos mananciais e muitos já relataram perdas na

agropecuária. Se não chover, a tendência daqui para frente é aumentar o número de pedidos para decreto em situação de emergência", disse.

Políticas públicas

Com a aprovação do projeto de lei de Política Estadual de Combate à Desertificação, a expectativa é que Sergipe comece a receber recursos específicos para combater o problema da seca e estagiem que assalam sertanejos. O projeto aprovado ontem segue para a avaliação e sanção do governador Belvaldo Chagas (PSD).

JAPARUBA

TRE indefere chapa composta pelo PT

Em mais uma sentença proferida pelo juiz Rinaldo Salvinho do Nascimento, titular da 1ª Zona Eleitoral Japarutaba tem mais uma candidatura indeferida para o pleito deste ano.

O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, Rui Brandão, que faz parte da coligação "Governo com Honestidade para Todos", composta também pelo PSD e pelo Cidadania, teve a sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE).

De acordo com a sentença proferida pelo juiz, o principal motivo para o ato foi a não apresentação à Justiça Eleitoral das prestações de contas partidárias para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 pelo Diretor Municipal do PT em Japarutaba.

Vale observar que apenas o Dr. Paulo Afonso, do Republicanos, teve o deferimento da candidatura no município. Apesar disso, os candidatos entraram com recursos para permanecerem na disputa.

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 SRP

O Pregão do Município de Areia Branca/SE, em atendimento às disposições legais e a Resolução nº 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado - TCE torna pública, para conhecimento de todos e realização de licitação, na modalidade acima especificada, a mediante informações a seguir:

OBJETO: registro de preços visando realizar futuras aquisições de material didático, de expediente e de limpeza, para atender às necessidades das Secretarias do Município, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Saúde desta Município.

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/11/2020 (até às 10h00min de dia útil e até às 09h00min horas).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A contratação de bens e materiais somente será informada quando da respectiva solicitação de material, sendo obrigatória para a realização desta licitação.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 958/2018 e Decreto Municipal nº 064/2017, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006 e nº 73/2020, observadas as alterações posteriores introduzidas nos respectivos dispositivos legais.

PARCER JURÍDICO: 10.512/2020.

O Edital e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Joaquim Friera de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, de Segunda-Feira à Quinta-Feira, em dias de expediente, no horário das 08h às 12h, pelo telefone Fone/Fax: (79) 3288-1502.

Areia Branca/SE, 22 de outubro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA CRUZ
Pregoeiro